

Evidências de política da presença e interseccionalidade em percepções de licenciandas negras sobre a Educação das Relações Étnicas e Raciais e a Formação Inicial de Professores de Ciências.

Evidences of policy of presence and intersectionality in perceptions of black women students on the education of ethnic and racial relations and initial teachers training on Sciences.

Anselmo Calzolari

Universidade Federal de São Carlos – *Campus Araras*
anselmo@cca.ufscar.br

Nicole Zanchetta Dametto

Universidade Federal de São Carlos – *Campus Araras*
nicolezanchetta@gmail.com

Resumo

O Brasil apresenta uma sociedade multicultural que está nas escolas. Porém, ao não enxergar potencialidades na diversidade, a prática docente homogeneizadora mantém relações sociais desiguais. O Ensino de Ciências pode ser mais um ambiente promotor dessas questões, tendo na formação inicial a presença de estudantes negras e negros e considerando conhecimentos de diferentes contextos para enriquecimento científico das aulas e desenvolvimento da cidadania. Este trabalho traz falas, a partir de uma pesquisa interpretativa com entrevistas, de licenciandas negras em Ciências Biológicas e evidencia a potência da política da presença nos âmbitos escolares e universitários para enfrentar o racismo e, indiretamente, evidencia a ocorrência da interseccionalidade como conceito a ser desenvolvido no contexto da educação das relações étnicas e raciais e formação inicial de professores de Ciências, recomendando alternativas a partir do posicionamento das licenciandas.

Palavras chave: relações étnicas e raciais; formação inicial de professores de Ciências; política da presença; interseccionalidade.

Abstract

Brazil has a multicultural society and this is reflected in schools. However, by failing to fill potentialities in diversity, the homogenizing teaching practice maintains unequal social relations. The teaching of science can be another environment that promotes these issues, having in the initial formation the presence of black students and considering knowledge of different contexts for scientific enrichment of classes and development of citizenship. This

paper draws from an interpretative research with interviews of black licentiates in Biological Sciences. Furthermore shows the power of the politics of presence in the school and university environments to face racism and indirectly evidences the occurrence of intersectionality as a concept to be developed in the context of the education of ethnic and racial relations and initial formation of science teachers. Recommending alternatives from the positioning of the licentiates.

Key words: ethnic and racial relationships; initial teachers training on Sciences, policy of presence; intersectionality.

Introdução

Este trabalho trata-se de uma parte do Trabalho de Conclusão de Curso da segunda autora, orientado pelo primeiro autor, que analisou as percepções de estudantes de licenciatura sobre a importância e ocorrência da educação das relações étnicas e raciais na formação inicial de professores de Ciências e Biologia da Universidade Federal de São Carlos – *Campus Araras*. Foi desenvolvido a fim de contribuir socialmente, levantando as possibilidades de avanço e de defesa da promoção da cidadania em um contexto social complexo e diverso, ao mesmo tempo em que contribuiu cientificamente, tanto evidenciando que é uma área promissora a ser investigada no Ensino de Ciências, quanto permitindo uma reflexão perante os cursos de formação inicial de professores com relação à educação das relações étnicas e raciais.

Antes de apresentarmos os objetivos e desenvolvimento deste trabalho, entendemos que sejam necessários alguns esclarecimentos. Um primeiro esclarecimento diz respeito à educação das relações étnicas e raciais. Defendemos tratá-la de forma separada (étnicas e raciais, sem hífen) uma vez que estas relações surgem em momentos histórico-sociais e em contextos diferentes e que cada conceito traz um significado. Raça é um conceito produto da modernidade, embasado nas diferenças morfológicas dos corpos (por exemplo, cor da pele, cabelos, formato de boca, etc.) e que emprega a subordinação (brancos supostamente superiores aos negros) e endossa o nazismo (exterminação das raças que não tem as características das raças privilegiadas). Etnia, conceito gerado pela pós-modernidade, defende que há diferenças culturais (promove segregação, pois coloca o diálogo como promotor da perda da diferença) pautadas na proteção dos territórios e promovem o neonazismo na radical defesa da política do território (FLECHA & GÓMEZ, 1995).

Pretendemos agir de forma a promover a superação do racismo por meio da ação dialógica na perspectiva comunicativa defendida por Flecha e Gómez (1995), os quais propõem o princípio da **igualdade de diferenças** ao trazer que “a corrente crítica da perspectiva comunicativa acredita nas transformações que nos levam a princípios como a igualdade e a liberdade; considera a diferença como uma parte da igualdade, como o direito igualitário que todo mundo tem de viver de forma diferente” (p.94).

Este princípio está endossado no posicionamento solidário que possibilita a luta conjunta defendido por Freire (2013), uma vez que a abordagem da solidariedade, conceituação que o autor faz perante situações que não podemos experienciar, mas que nada impede a nossa solidarização/sensibilização ao que a pessoa viveu e se engajar nessa luta a partir do momento em que se deixa de ser conivente com situações de opressão e toma-se um posicionamento no mundo, de luta, para tornar o mundo menos arestoso. Assim sendo, é contundente a denúncia que Freire (2007) faz ao falar que: “A brutalidade do racismo é algo com que dificilmente um mínimo de sensibilidade humana pode conviver *sem se arrepiar* ou de dizer *que horror!* (grifos do autor)” (p.145).

Nesse contexto, também é importante evidenciar a nossa condição e identidades: a segunda autora é mulher heterossexual branca de classe média. O primeiro autor, homem branco homossexual de classe média. Estas identidades geram diversos limites e privilégios, mas nossa atuação no mundo parte da concepção de transformação social de forma a estar **com** as pessoas que lutam para a superação de desigualdades entre marcadores identitários. Partimos da nossa condição e identidades para atuarmos com negros e negras na superação do machismo e racismo; nem para eles e elas, assumindo uma posição de assistencialismo, nem por eles e elas a partir de sermos salvadores do mundo. Nossa atuação é estar **com**, entendendo, respeitando e fortalecendo as lideranças e movimentos de resistência.

Portanto, ao assumirmos um posicionamento político no mundo de ensaio democrático (FREIRE, 2001), movidos pela solidariedade na luta pela superação do racismo, é válido ressaltar que por meio do diálogo na perspectiva comunicativa, a educação das relações étnicas e raciais serão assim tratadas durante o texto. O diálogo existe a partir da constatação da presença das diferenças tanto físicas quanto culturais e que possuem o direito de existirem de forma diferente.

Um segundo esclarecimento diz respeito à formação inicial de professores, âmbito formativo escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa. Temos como princípio que seja um dos momentos para a construção do profissional docente responsável pelo desenvolvimento da ação de ensinar algo e da ação de ser professor em um dado contexto educacional. Para isso, é necessário ter o domínio do conhecimento específico, compreendendo-o de forma aprofundada a partir de uma perspectiva pedagógica para reorganizá-lo e sistematizá-lo (MIZUKAMI; REALI, 2010).

É na formação inicial de professores que os futuros docentes deverão se apropriar de conhecimentos pedagógicos e específicos da área de ensino para o embasamento da sua prática. Esse momento de formação é uma etapa do desenvolvimento profissional, que tem começo meio e fim e que permite aos futuros professores **começarem a ensinar**. Por isso, o profissional formado não está pronto, acabado, sendo que o desenvolvimento profissional se estenderá na formação continuada. Estas considerações estão fundamentadas no conceito de Aprendizagem da Docência proposto por Mizukami et. al (2002).

Além disso, temos também a necessidade de inclusão da problematização de temas que cercam a escola e como ela se constitui, uma vez que esta é o reflexo da sociedade e o contexto/local de trabalho do docente. Candau (2010) evidencia as diversas dimensões da problemática da escola, como a universalização, a qualidade, a função social e a formação de professores(as). A autora também aborda a contextualização de processos culturais presente na educação, pois defende que existe uma relação direta entre educação e cultura(s).

Tendemos a uma visão homogeneizadora e estereotipada de nós mesmos, em que nossa identidade cultural é muitas vezes vista como um dado “natural”. Desvelar esta realidade e favorecer uma visão dinâmica, contextualizada e plural das nossas identidades culturais é fundamental, articulando-se a dimensão pessoal e coletiva destes processos (CANDAU, 2010, p. 26).

A universalização do ensino proporcionou no contexto escolar o contato entre diversas culturas. Conseqüentemente, a postura dos docentes deveria ser orientada à não-homogeneização para promoção das potencialidades do convívio entre as diversas identidades culturais e como, a partir delas, construir uma sociedade democrática. Nesta perspectiva, concordamos com Gomes (2010) na defesa de:

uma educação antirracista: a questão racial não se restringe à comunidade negra, e a superação do racismo e da desigualdades racial faz parte da luta pela construção da cidadania e da democracia para todos. Em uma sociedade

multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais (p. 70).

O racismo que ocorre no Brasil e que promove exclusão social e econômica dos povos negros somente será superado se todos e todas agirem por uma educação plural, que favoreça a diversidade em oposição à homogeneização e massacre cultural, não cabendo apenas aos professores negros e às professoras negras, nem apenas a algumas disciplinas da matriz curricular, tratarem dessa temática na formação inicial docente. Mas é fundamental que estejam todos e todas **presentes** nos espaços educativos.

Essa atitude também é reforçada pela Lei 10.639 de janeiro de 2003, promulgada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva ao alterar a *Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"* de forma tal que esse assunto deveria ser ministrado em todo o âmbito do currículo escolar.

A partir dessa legislação, uma pesquisa aponta que o desconhecimento da lei e a falta de capacitação dos educadores perante a temática impossibilita o trabalho de acordo com essa demanda, mas que a partir de um contato inicial vários professores conseguiram perceber diversos conteúdos que podiam ser trabalhados nessa perspectiva no Ensino de Ciências e Biologia, como a conceituação biológica de raça e valorização da cultura e das tradições (NOVAIS; RODRIGUES FILHO; MOREIRA, 2012).

Ferraro e Dornelles (2015) ressaltam a possibilidade de tratar a educação das relações étnicas e raciais ao abordar o conceito de biodiversidade, destacando a diferença como algo positivo nas diversas ações que ocorrem no ambiente escolar. “A perspectiva biológica de manutenção e regulação da vida a partir da variabilidade - da *diferença* – é peça-chave para compreensão de tamanha dimensão e significado do processo evolutivo (grifos dos autores)” (p. 297).

Além disso, Verrangia (2010) evidencia outras possibilidades como as fábulas de matriz africanas que tratam da origem da vida, dos fenômenos naturais, da saúde, assuntos que são objetos de estudos em Ciências da Natureza. O autor exemplifica este saber tradicional de matriz na cultura africana e afro-brasileira na perspectiva das relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente – CTSA.

E nesse sentido, temos

a importância das relações sociais na formação para a cidadania no âmbito escolar. O ensino de Ciências, como todos os componentes curriculares, é parte constitutiva desse processo e, portanto, deve contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs que vivenciem e procurem produzir relações sociais éticas (VERRANGIA E SILVA, 2010, p. 709).

Desse modo, o ensino de Ciências é interpretado como dimensão instrumental para a formação da cidadania, uma vez que pode promover a construção de relações sociais positivas quanto à educação das relações étnicas e raciais. Portanto, existe uma necessidade de formar professores e professoras, negras ou não, que consigam começar a ensinar, analisando criticamente tanto a organização do currículo escolar, quanto a fragmentação dos conhecimentos científicos na escola (VERRANGIA; SILVA, 2010).

Tendo expostas as condições e perspectivas que defendemos sobre educação das relações étnicas e raciais em formação inicial de professores de Ciências, como mais um âmbito potente para enfrentamento do racismo e para a defesa pela cidadania, identificamos a importância de se considerar as percepções que estudantes tinham sobre o curso que realizam.

Nas entrevistas realizadas para o TCC, chamaram nossa atenção as falas que mulheres estudantes negras faziam ao longo das perguntas. Essas mulheres, quando indagadas sobre a educação das relações étnicas e raciais e se esse assunto estava presente no curso de graduação, posicionaram-se de forma mais crítica que os estudantes negros e não-negros(as) ao apontar racismos sofridos e não representatividade dentro das salas de aula.

Essa percepção se reforça tomando-se o conceito de **interseccionalidade**, uma vez que as identidades de raça e de gênero não estão na sociedade de forma independente e isolada, elas interagem, interferem uma à outra. Tende a ser um erro recorrente em políticas antirracistas e feministas não se considerar as questões de intersecção de identidades quando se referem a e tentam proteger mulheres negras (CRENSHAW, 1991).

Sendo assim, este trabalho teve por objetivo evidenciar a potência da política da presença nos âmbitos escolares para enfrentar o racismo e, indiretamente, evidenciou a importância da interseccionalidade como conceito a ser desenvolvido no âmbito da educação das relações étnicas e raciais na formação inicial de professores de Ciências, recomendando alternativas a partir do posicionamento das licenciandas.

Método

A pesquisa proposta trata-se de uma pesquisa interpretativa a partir da hermenêutica como um processo de investigação, já que de acordo com Ghedin e Franco (2012, p. 165) esta perspectiva reflexiva almeja “compreender como o ser humano, estando no mundo finito e desesperado, se arrisca na direção do infinito e da esperança”, permitindo a interpretação do modo de ser.

A perspectiva hermenêutica nos permite compreender e considerar integralmente as questões ideológicas, políticas e científicas, possibilitando-nos saber mais plenamente sua interdependência e influências mútuas desse complexo processo de construção do conhecimento científico em educação (GHEDIN; FRANCO, 2012; p. 129).

Esta perspectiva também fortalece investigações que se proponham realizar Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), seja em documentos, artigos e/ou entrevistas. Trata-se de um conjunto de técnicas cujos objetivos são o levantamento de indicadores de tal forma que seja possível fazer inferências de conhecimentos que geram unidades comparáveis de categorização para a análise e de codificação para o registro de dados. Assim, esse conjunto de técnicas permitiu a análise das entrevistas e que, na busca por indicadores, permitiu a observação das respostas individualizantes nos marcadores identitários.

Interpretamos as falas e escrita das estudantes negras tanto das entrevistas quanto de seus relatos, uma vez que o procedimento adotado na realização das entrevistas foi tanto registrar em gravador respostas orais, transcritas, quanto o posterior registro escrito das respostas pelas próprias entrevistadas. Procedemos dessa forma a fim de garantir o cruzamento das informações para obter respostas mais completas. Neste procedimento criou-se espaço para essa abertura de fala e a expressão das mulheres estudantes negras sobre o racismo foram relatadas.

Para o TCC, realizamos entrevistas com dezessete estudantes de licenciatura distribuídos entre os perfis vigentes (2º, 4º, 6º, 8º e 10º perfil), de tal forma que garantisse uma amostragem dos três recortes de períodos da graduação (início, intermediário e final). A escolha dos participantes (graduandos e graduandas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFSCar – Campus Araras) foi realizada de forma aleatória, mas objetivando garantir os recortes sociais: negros e não-negros, mulheres e homens na mesma proporção nos

três recortes.

Mulheres Negras	Início	1	Homens Negros	Início	2	Mulheres Não-Negras	Início	2	Homens Não-Negros	Início	1
	Intermediário	3		Intermediário	2		Intermediário	1		Intermediário	2
	Final	2		Final	0		Final	0		Final	1
	total	6		total	4		total	3		total	4

Quadro 1: estudantes entrevistados divididos pelos marcadores identitários

A entrevista foi composta de cinco questões que versam sobre (1) o que é a educação das relações étnicas e raciais no contexto do ensino de Ciências e Biologia, (2) sobre a escola ser o lugar de superação do racismo, (3) de que forma cada participante se posicionaria perante isso e (4) os conteúdos possíveis de se tratar a questão, e por fim (5) se o curso de graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas do Campus Araras da UFSCar contribuiu para esses posicionamentos.

Para este trabalho, utilizaremos apenas as falas feitas sobre as percepções que as 6 (seis) estudantes negras fizeram, em comparação aos 4 (quatro) estudantes negros. Evidenciaremos os trechos ditos por elas quanto aos preconceitos, discriminações que elas identificam e a falta de representatividade no meio acadêmico (tanto de mais alunos negros e alunas negras, quanto no corpo docente). Os estudantes negros que participaram das entrevistas não se aprofundaram em todas essas questões, sendo que em nenhum momento disseram sobre discriminações sofridas.

Análise de resultados

Esses resultados surgem a partir das respostas individualizantes, obtendo relatos das estudantes negras que evidenciam diretamente a crítica quanto a relevância da presença de pessoas negras nos espaços escolares e indiretamente a interseccionalidade, ou seja quando tratamos de racismo não podemos desvincular as questões de gênero que podem ocasionar um acirramento do primeiro perante ao segundo, por esta reivindicação da presença apenas nas falas das mulheres estudantes negras.

Em um primeiro momento, na questão 1, uma mulher negra do **oitavo perfil** consegue, além de apontar os assuntos e os objetivos da educação das relações étnicas e raciais, explicitar seu um posicionamento:

O negro precisa estar presente em todos os lugares, pois somos maioria. Precisamos mostrar para as crianças que ser negro não significa ser menos, pobre, ladrão etc. Ser negro é ser brasileiro. E isso, o modo como vemos as pessoas, interfere diretamente nas oportunidades das pessoas.

Ou seja, identifica os preconceitos que a população negra sofre e que isso promove exclusão e opressão. Além disso, evidencia a importância de tratar a sua identidade de forma positiva, ocupando espaços sociais que decidirem escolher.

Na questão sobre a escola ser o lugar de superação do racismo, temos a resposta de outra mulher negra do **oitavo perfil**, evidenciando o racismo que sofreu: “A escola não me ajudou a superar o racismo. Muito pelo contrário! Estudei em escola particular no ensino básico e tive muitos problemas. Quando estava na pré-escola, nunca houve diferença por ser negra”. Também relata na Universidade, ao comentar a última questão: “Houve problemas pontuais na minha turma que reforçam a necessidade de que as pessoas se aceitem”.

Há também a fala de uma das estudantes negras **do sexto perfil** na questão sobre a escola, dizendo que

Seria o ideal que fosse mais um ambiente de constante trabalho para formação e informação, principalmente de crianças e jovens, negras e negros para superar o racismo sofrido, e também formar pessoas que estabeleçam melhores relações com as outras, porém isso não acontece, e não aconteceria mesmo que a escola fosse o ambiente perfeito pois demanda muito mais influências. Estando na escola, assumiria o papel de "fazer acontecer", de ser sujeito de ação nessa luta anti-racista na formação, porém isso não garantiria sucesso.

E complementa que ao falar do curso que “*Alunos da sala deixaram de ter uma atitude (brincadeiras) racistas*”.

Estes relatos remetem à condição positiva da presença de pessoas negras no ambiente escolar e universitário, evidenciando que ainda temos muito a fazer para superação do racismo, mas que o enfrentamento pela existência de pessoas negras nestes espaços é condição necessária para superá-lo.

É importante ressaltar que a UFSCar, desde 2007, possui um Programa de Ações Afirmativas e uma legislação institucional sobre a reserva de vagas. Para que este programa fosse implementado, houve muita luta e diálogo, na direção em que Silva (2003) defendia:

Uma instituição, que se disponha a implantar plano de ações afirmativas para a população negra, não pode encará-lo como "proteção a desvalidos", segundo pretendem alguns. É preciso que um plano com tais metas incentive a compreensão dos valores da diversidade social, cultural, racial e, nestes valores, busque apoio para orientar suas ações educativa, de formação de profissionais e de responsável pelo avanço das ciências. Sem dúvida, a universidade, ao prever e executar medidas visando à inclusão de grupos até então deixados à margem, inclui-se na sociedade, passa a dela fazer parte e assume compromisso com ela, já que deixa de atender unicamente aos interesses de um único segmento até então privilegiado (p. 48).

Em relação à questão sobre o curso de licenciatura, temos a fala de uma estudante negra do **segundo perfil**: “*Não reforça. Até agora segundo perfil não vivenciei nenhuma abordagem sobre o racismo, minha turma não possui tantos estudantes negros e não possui professores negros*”. Logo, a estudante negra não aponta que essa temática tenha sido abordada no curso e nem se sente representada tanto entre colegas quanto ao corpo docente.

Assim, a partir desta fala podemos inferir criticamente limites ainda existentes sobre a educação das relações étnicas e raciais na formação inicial, sendo fundamental estabelecer relações entre o programa de ações afirmativas e a importância da presença de pessoas negras nos espaços universitários, não apenas como estudantes, mas também como docentes.

Quanto aos resultados obtidos na interação entre os marcadores identitários de raça e gênero, afirmamos serem indiretos porque somente após todas as entrevistas realizadas, transcritas e analisadas ficou evidente o não-posicionamento dos estudantes homens e negros, tanto aspectos de racismo sofrido, quanto de sua representatividade no curso. Não podemos afirmar que eles não se posicionem afirmativamente e positivamente sobre a relevância da presença nos espaços escolares e acadêmicos, mas todas as mulheres negras de alguma forma se posicionaram.

A interseccionalidade se justifica pelas **falas das estudantes negras** ao relatarem o racismo que vivenciaram tanto no ambiente escolar quanto no ambiente universitário, aprofundando mais a temática ao conseguir observar a não-representatividade, mesmo quando são a maioria

da população brasileira, e ao se colocarem como responsáveis pela superação do racismo de forma crítica, apontando os limites da sua atuação frente a uma sociedade ainda racista.

Considerações finais

Essa pesquisa trata-se de uma primeira aproximação sobre a educação das relações étnicas raciais, compreendendo-a em integração ao Ensino de Ciências, mostrando-se uma abordagem potente para enfrentar racismo, uma vez que estudantes a exercerem a docência demonstram preocupação com a temática e enxergam a urgência na tomada de decisão em defesa da superação do racismo no ambiente escolar.

Em relação à política da presença e à interseccionalidade raça e gênero, temos que o interpretado nas entrevistas sugere a abordagem, em algum momento do curso de licenciatura, de conhecimentos embasados teoricamente e produzidos em investigações tanto das áreas de sociologia e educação, quanto no ensino de ciências, mais especificamente sobre conteúdos escolares que permitem referências positivas da presença negra e da mulher negra na sociedade e na ciência.

Neste sentido, podemos recomendar a **criação de uma disciplina específica sobre Educação das relações étnicas e raciais** em momento intermediário do curso, assim como a **criação de espaços formativos para docência universitária** nesta temática para que docentes das demais disciplinas da matriz curricular de licenciaturas possam ampliar seus conceitos ao também abordar assuntos referentes à educação das relações étnicas e raciais, considerando a presença de estudantes negras e negros na universidade e a interseccionalidade.

Agradecimentos e apoios

Agradecemos todas e todos participantes dessa pesquisa que se dispuseram responder o questionário, assinando o termo de livre esclarecimento.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Lei nº10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e da outras providências. Brasília: Ministério da Educação.
- CANDAU, Vera M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio F.; CANDAU, Vera M. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010. p. 13-37.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, jul., 1991. p. 1241-1299.
- FERRARO, José L. S.; DORNELLES, Leni V. Relações étnico-raciais: possibilidades do ensino de ciências na educação infantil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, 2015, p. 277-299.
- FLECHA, Ramón; GÓMEZ, Jesús. **Racismo: no, gracias**. Ni moderno ni postmoderno, 1. ed. Barcelona: El Roure Editorial, 1995. 124 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 245 p.

_____. **Pedagogia do oprimido** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 119 p. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 23).

GOMES, Nilma L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio F.; CANDAU, Vera M. (Orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 67-89.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

MIZUKAMI, Maria da Graça N. et al. Formação de professores: concepção e problemática atual. In: _____. **Escola e aprendizagem da docência**: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 11-45.

MIZUKAMI, Maria da Graça N.; REALI, Aline M. de M. R. O professor a ser formado pela UFSCar: uma proposta para a construção de seu perfil profissional. In: PIERSON, Alice H. C.; SOUZA, Maria, H. A. de O. e. (Orgs.). **Formação de professores na UFSCar**: concepção, implantação e gestão de projetos pedagógicos das licenciaturas. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 17-36.

NOVAIS, Gercina S.; RODRIGUES FILHO, Guimes; MOREIRA, Patricia F. S. D. Concepções de professores de Ciências do Ensino Fundamental e Médio a respeito da Lei Federal 10.639/03. **Ensino Em Re-Vista**, v. 19, n. 2, jul./dez. 2012.

SILVA, Petronilha B. G. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 43-54.

UFSCAR. Universidade Federal de São Carlos. **PORTARIA GR nº 695/07**, de 06 de junho de 2007. Dispõe sobre a implantação do Ingresso por Reserva de Vagas para acesso aos cursos de Graduação da UFSCar, no Programa de Ações Afirmativas.

VERRANGIA, Douglas. Conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira no ensino de Ciências: um grande desafio. **Revista África e Africanidades**, ano 2, n.8, fev. 2010.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha B. G. e. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de ciências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 705-718, set./dez. 2010.